

SESSÕES DO PLENÁRIO

7ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 14 de abril de 2009.

PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO

2º SECRETÁRIO: DEP. ELIANA BOA VENTURA *AD HOC*

À hora marcada verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Ângelo Coronel, Antônia Pedrosa, Arthur Maia, Bira Corôa, Capitão Tadeu, Edson Pimenta, Eliana Boaventura, Eliedson Ferreira, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Euclides Fernandes, Fábio Santana, Fátima Nunes, Fernando Torres, Ferreira Ottomar, Gaban, Getúlio Ubiratan, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J. Carlos, João Bonfim, João Carlos Bacelar, Joélcio Martins, José Nunes, Júnior Magalhães, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Argôlo, Luiz Augusto, Luiz de Deus, Marcelo Nilo, Maria Luiza Laudano, Marizete Pereira, Misael Neto, Nelson Leal, Neusa Cadore, Paulo Azi, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Alcântara, Prof. Valdeci, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Sandro Régis, Sérgio Passos, Virgínia Hagge, Waldenor Pereira, Yulo Oiticica e Zé Neto. (56)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão extraordinária.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do governo e da Maioria ou o representante do PCdoB para falar e indicar orador, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, falará, por todo o tempo, a nobre deputada Antônia Pedrosa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra a nobre deputada, representante da região de Barreiras, do Oeste, nesta Casa, Antônia Pedrosa, pelo tempo de até 10 minutos.

A Sr^a ANTÔNIA PEDROSA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, minha diletta companheira deputada Marizete Pereira, venho hoje a esta tribuna para relatar alguns fatos que presenciei no meu Oeste da Bahia, como faço quase todas as semanas.

Como na semana passada houve um feriado prolongado, as minhas andanças foram maiores.

Fui a Santa Maria da Vitória, acompanhando o secretário Jorge Solla. Ali, anunciamos a implantação do Hospital Regional de Santa Maria da Vitória, município que se constitui em um polo regional que concentra 13 cidades, além de ser uma região que está organizada através da associação dos prefeitos do Vale, a Amovale.

Esse hospital, Sr. Presidente, está chegando atrasado. Mas está chegando, graças a Deus. Era uma reivindicação antiga de todo o pessoal do Oeste da Bahia. No meu primeiro mandato, reivindiquei ao governador a criação desse hospital regional.

Não tenho muito a reclamar em relação ao atendimento à saúde no Oeste por parte do governo passado, uma vez que o ex-governador construiu um dos maiores hospitais da Bahia, que é o Hospital do Oeste - HO, mas ele já está sobrecarregado. A demanda está grande demais, uma vez que está atendendo até o sul do Piauí, uma parte de Goiás e uma parte de Tocantins. Desse modo, este novo hospital, anunciado por Dr. Jorge Solla, virá a calhar, virá em bom tempo.

Quero parabenizar o secretário da Saúde pelo anúncio da implantação do SAMU na região de Santa Maria da Vitória, pois temos um em Bom Jesus da Lapa, mas que não está satisfazendo a região, uma vez que as estradas estão todas depredadas. Agora, com o SAMU em Santa Maria da Vitória, a microrregião do Rio Corrente irá ser beneficiada.

Gostaria também de agradecer ao secretário Jorge Solla por ter adquirido cinco microscópios de última geração, uma produção alemã. Desses cinco, Dr. Pedro, um foi destinado, a pedido meu, ao Hospital do Oeste da Bahia. Para que serve esse microscópio? Para auxiliar nas operações neurológicas. Uma das partes mais sensíveis do nosso corpo é a neurológica. Esse aparelho possui tecnologia alemã, tecnologia de ponta que não deixa a desejar àqueles aparelhos usados na Europa.

Aqui, já houve uma cirurgia, não sei se foi no Roberto Santos, foi adquirido há 15 dias e já auxiliou numa cirurgia de uma senhora de 60 anos que foi acometida de aneurisma cerebral.

Também estive na radio de Santa Maria da Vitória falando sobre a BA 172. Tivemos o prazer de estar presente na assinatura dessa ordem de serviço na Governadoria. São 166 quilômetros de asfalto que vão beneficiar várias cidades, como Brejolândia, Canápolis, Serra Dourada, Santana, Tabocas, São Félix, Correntina, Coribe, Cocos e Jaborandi. Então, vejam a importância dessa estrada. Dr. Batista Neves me garantiu que, além da estrada construída, o governo irá fazer a manutenção durante 5 anos. Porque o pior das estradas é que o governo constrói a estrada, mas não faz a manutenção. Se a manutenção fosse feita, a nossa malha viária não estaria como se encontra hoje.

Então, deputado Pedro Alcântara, meu grande amigo do São Francisco, as obras começaram a chegar ao Oeste da Bahia. No Hospital Regional de Santa Maria da Vitória, haverá 115 leitos, 2 UTIs, uma neonatal e uma para adultos, aparelho de tomografia computadorizada e de ultrassonografia. Para uma região onde só temos

pequenos hospitais municipais, acho que já é um grande avanço. Não é muito, porque para o Oeste, por mais que se faça, ainda se faz muito pouco, porque o Oeste é uma região que foi abandonada.

Não quero aqui dizer, deputado Heraldo Rocha, como muitos colegas dizem, que foi abandonado pelo governo anterior. Não, ele foi abandonado ao longo da história, porque o Oeste ficou servindo de barganha para o imperador. Primeiro, deu a Pernambuco, por causa da Confederação do Equador, depois, tomou de Pernambuco e deu de presente a Minas, que não quis. Então, ele foi abandonado ao longo de séculos, e por mais que se faça pelo Oeste ainda é pouco.

Também tive a oportunidade de ir ao município de São Desidério, ao distrito de Roda Velha, a convite do presidente da Fundação BA, Sr. Stracci, na Passarela da Soja, que acontece todos os anos, este já é o 10º evento a que comparecemos. Fomos ver as lavouras de soja e eu, como sou do Banco do Brasil, perguntei a ele: “Ainda existe a soja que financiávamos no banco na década de 80?” E ele disse: “Deputada, a senhora está atrasada”.

Claro que eu já sabia, mas queria saber se ainda plantavam aqueles grãos que fizeram com que o cerrado se desenvolvesse. Ele disse que nem a terceira qualidade é usada mais, pois já está ultrapassada. Hoje, eles usam uma soja resistente às pragas que assolam essa cultura naquela região, que é a carro-chefe da produção de grãos na Bahia.

Sr. Presidente, quero 1 minuto para fazer justiça. Quando é para criticar, critico; quando é para elogiar, faço justiça. Agradeço ao nosso secretário Rui Costa, que tem dispensado um tratamento especial a minha pessoa, pois me sinto sensível aos problemas do Oeste da Bahia, e também ao governador Jaques Wagner, que já recebeu todos os prefeitos do Oeste baiano aliados a mim.

Espero que as nossas reivindicações para melhorar, deputado Zé Neto, sejam atendidas no prazo pré-estabelecido pelo governador. Se ele não atender, virei aqui e direi que, infelizmente, não nos atendeu.

Muito obrigada pela tolerância, meu colega e grande amigo presidente Torres.
(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Com a palavra o Líder do governo e da Maioria ou o representante do PSB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Pela ordem, deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Temos para discussão, desde 18 de fevereiro, um projeto de lei enviado pelo Sr. Governador que dispõe sobre medidas a serem adotadas pelo Estado da Bahia para a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016.

Essas matérias chegam a esta Casa e ficam mofando, mofando. A Bancada do governo não tem interesse em discutir e, por isso, não vem a Plenário. Mas quando

recebe a ordem do governador, quer votar de afogadilho, pretendendo nos obrigar a não discutir e a abrir mão dos prazos regimentais. Enfim, quer que pratiquemos uma série de atentados contra o Regimento.

Por este motivo, Sr. Presidente, solicito a V.Ex^a que proceda, conforme determina o Regimento, a uma verificação do quórum para a continuidade desta sessão extraordinária.

O Sr. Paulo Rangel:- Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Pela ordem, deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, não existe qualquer matéria sendo votada de afogadilho. Houve até, praticamente, um acordo na semana retrasada em relação à votação desse projeto. Salvo engano, foi feita uma questão de ordem pelo deputado Paulo Azi para que fosse provocada a Comissão do Trabalho e ficou acordado que essa matéria viria a votação na semana passada, o que não foi feito.

Então queria aqui sugerir ao deputado Bacelar que retirasse a questão de ordem, porque é uma matéria muito tranquila, não vejo motivo algum. Agora, em o deputado mantendo essa questão de ordem...

O Sr. Heraldo Rocha:- Não teve acordo nenhum.

O Sr. Paulo Rangel:- Não teve acordo, deputado Heraldo Rocha, mas foram muito tranquilas as posições aqui colocadas...

(Deputado se manifesta fora do microfone.)

O Sr. Paulo Rangel:- Então, mantendo-se esse posicionamento, gostaria que V.Ex^a convocasse todos os deputados que estão no cafezinho, nos seus gabinetes, na biblioteca, na sala da Presidência para que se fizessem presentes à sessão. Então era essa a solicitação que gostaria de fazer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Gostaria de convocar todos os Srs. Deputados que se encontram nos seus gabinetes, no cafezinho, que estão atendendo lideranças nos corredores da Casa, que se dirijam ao Plenário, pois haverá votação, e houve um pedido de verificação de quórum, feito pelo deputado João Carlos Bacelar.

(O Sr. Presidente aciona as campainhas.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Gostaria que ligassem o relógio por 15 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Questão de ordem, deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Queria usar este tempo da minha questão de ordem para comentar um assunto que foi colocado aqui no plenário pela nobre deputada Virgínia Hagge. Diria, inclusive, que tenho um carinho muito grande pela deputada Virgínia Hagge, uma deputada responsável,...

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Deputado Paulo Rangel, gostaria que V.Ex^a registrasse a presença, já que V.Ex^a está fazendo uma questão de ordem. Também vou registrar a minha presença.

O Sr. Paulo Rangel:- (...) uma deputada, inclusive, que o Partido dos

Trabalhadores, em que pesem as divergências existentes lá na sua cidade natal, tem um respeito muito grande, e eu tenho um respeito especial. Então não gostaria aqui de tratar do discurso feito pela deputada, mas gostaria de tratar da reportagem hoje veiculada através da *Folha de São Paulo*, veiculada também, algumas vezes, através da imprensa local, em que se referem a um gerente da Petrobras, nosso companheiro Rosemberg, como sendo uma pessoa que tem de alguma forma patrocinado alguns eventos tentando beneficiar municípios e, nas entrelinhas, colocando-o inclusive como suspeito.

Eu conheço a pessoa do companheiro Rosemberg, companheiro lutador, companheiro de garra, companheiro fundador do Partido dos Trabalhadores, mas nem por isso acho que ele pode estar como uma pessoa fora de qualquer suspeita, muito embora eu ache. E, agora, é preciso que os jornais digam quais foram os prefeitos, porque veicular matéria dizendo “prefeitos procurados” e não dar o nome deles, isso é muito grave. Gostaríamos de saber quem são os autores das acusações, até porque, procurando inclusive algumas informações, ainda há pouco ficamos sabendo que alguns veículos de comunicação, não se sentindo prestigiados, inclusive usando de chantagem, mostram-se insatisfeitos com relação à postura de Rosemberg.

Então, quero aqui, neste momento, prestar minha solidariedade ao companheiro Rosemberg e dizer que essas matérias, deputado Paulo Azi, têm que apontar realmente quem são os autores da denúncia. Queremos saber quem é que está denunciando, até para que apuremos. Quero apurar, inclusive, se for o caso, dentro do Partido dos Trabalhadores. Não podemos, de forma alguma, ficar à mercê de informações onde não se coloca o autor das denúncias. Em o autor das denúncias sendo encontrado – e isso é bom que se faça – acho que cabe realmente se apurar se os fatos são verdadeiros ou não.

Quero aqui, como líder do Partido dos Trabalhadores, por se tratar de um quadro do Partido dos Trabalhadores, por se tratar do presidente, inclusive, do Partido dos Trabalhadores em um município aqui próximo a Salvador, dizer que somos solidários ao companheiro Rosemberg e esperamos que as denúncias realmente tenham materialidade factual, o que não acontece nesse caso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Questão de ordem do deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, foi triste hoje o relato do Sr. Secretário da Fazenda na Comissão de Finanças. Ficou claro para todos os deputados que estavam presentes que os duros esforços que o Estado da Bahia fez para sanear as finanças do Estado, para adequar as finanças do Estado às exigências da legislação, para manter o ajuste fiscal, todo esse esforço foi jogado fora, não sei se por falta de competência técnica da equipe do governo Wagner ou se por irresponsabilidade.

Ficou claro para todos os presentes naquela audiência, Sr. Presidente, que o Estado dentre outras coisas, no final do exercício de 2008, não fez o reconhecimento do seu passivo de curto prazo nos balanços, numa maquiagem do ajuste fiscal. Ficou

claro para todos os presentes, Sr. Presidente, que o cancelamento de R\$ 220 milhões de empenho foi apenas com a finalidade de burlar o que a legislação exige. O Estado já tinha feito, deputado Paulo Azi, uma redução do seu comprometimento que tinha assumido quando da edição da Lei de Diretrizes Orçamentárias, quando da LDO, o Estado previu cerca de 1 bilhão e 300 milhões para o resultado primário, e com a redução da lei orgânica reduziu isso para 800 milhões e teve que cancelar 220 milhões porque não tinha conseguido, deputado Paulo Azi, atingir a redução da Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Estado, cujo secretário dizia ter dois bilhões de reais em caixa, não consegue recursos para pagar o óleo diesel das máquinas do Derba.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Concedo a palavra ao Líder do governo, da Maioria ou do PSB para falar ou indicar orador, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falará pelo tempo de cinco minutos o deputado Paulo Rangel e pelo tempo de cinco minutos o deputado Zé Neto.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Com a palavra por cinco minutos, deputado Paulo Rangel.

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr. Presidente, o deputado Carlos Gaban realmente tem-se tornado uma pessoa bastante crítica em relação às ações do governo, mas parece que tinha vínculos muito estreitos com a TV Bahia, porque nunca vi alguém se incomodar tanto, se é que houve um pedido, não é nem de investigação, de fiscalização, mas sabemos como funcionava na Bahia os meios de comunicação onde fizemos a pesquisa e durante oito anos até a morte do deputado Paulo Jackson a TV Bahia não tinha noticiado uma ação da Assembleia Legislativa desenvolvida por um deputado de Oposição, foi preciso o deputado Paulo Jackson morrer para que alguma notícia fosse veiculada.

O Sr. Gaban:- V.Ex^a me permite um aparte?

E fala aqui um deputado que nunca teve nenhuma vinculação mais estreita com meios de comunicação, mas que nesse momento fala porque é preciso que se reveja a história de fiscalização no Estado da Bahia através da secretaria da Fazenda, para que a sociedade saiba exatamente o que ocorria com os administradores de plantão. Agora, como diz o deputado Álvaro, pegar meio e-mail através de xérox da xérox e querer fazer disso um grande documentário como o deputado tem buscado fazer, paciência! Quem fazia devassa fiscal no Estado da Bahia não está mais presente, o deputado Luiz Augusto sabe disso, quantas vezes o tio dele que foi governador, o Dr. Nilo Coelho, foi vítima disso.

Então, tem deputado aqui que não está a cavaleiro para falar do assunto e um deles é o deputado Gaban, eu também quero que apure tudo.

A ordem de fiscalizar tem que ser dada. Agora, tem gente que com a *TV Bahia* não pode, mas com os outros podem, com a *TV Bahia*, não! Quem são os donos, os acionistas maiores da *TV Bahia*? É isso que incomoda.

Então, companheiros deputados, companheiras deputadas, estamos aqui muito tranquilos, o governo vai continuar fiscalizando todo mundo, não haverá cooptação de ninguém através de pressão como era feito anteriormente.

Agora, nunca vi incomodar tanta gente, deputado Valdeci, especialmente o deputado Carlos Gaban que pega, simplesmente uma informação sem uma fundamentação mais concreta e sai atirando denúncia vazia, aliás, eu quero dizer, o deputado Zé Neto tem dito, seria até bom se fizesse mesmo...

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Para concluir, Ex^a.

O Sr. PAULO RANGEL:- (...) uma grande auditoria para ver como as coisas aconteciam no passado aqui no Estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Gaban:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, considerando que o deputado Paulo Rangel por três vezes citou meu nome, deputado Gaban, nominalmente, pedi um aparte e não me concedeu como é praxe nesta Casa, vou usar, então, a questão de ordem para responder ao deputado Paulo Rangel.

Primeiro, deputado Paulo Rangel, a minha surpresa em ver, porque no dia quem fez a denúncia contra a ação irregular da Secretaria da Fazenda não fui eu, estava tratando de um outro assunto no dia que era de um projeto inconstitucional que foi votado aqui na Casa que é o projeto do Sindsefaz.

Naquele dia, V.Ex^a disse que a denúncia era grave e merecia apuração. Agora, diria para V.Ex^a, deputado Paulo Rangel, que gosta de apurações, vamos fazer sim, vamos ver quem tem medo da verdade na Casa. Vamos investigar o presente da Secretaria da Fazenda e o passado. A CPI, já dei a sugestão. Não tem o SAF, que foi denunciado pelo deputado Álvaro Gomes? Vamos investigar o SAF e vamos investigar o que o Sr. Abelardo fez.

Primeiro, não tenho nenhuma procuração, nenhuma intimidade com a *TV Bahia*, nunca na minha vida parlamentar dei uma entrevista para a *TV Bahia* sequer. Estou defendendo a legalidade. Estou criticando a ilegalidade de um ato praticado, porque ninguém é contra a fiscalização, acho que tem que ser exercida, isso é uma obrigação do Estado. O que sou contra e denunciei aqui é que o órgão comandado pelo Sr. Abelardo não tem competência e V.Ex^a que é da área de energia, é oriundo dessa área, deveria saber que o Sr. Abelardo só tem competência para fiscalizar a área de telecomunicações e a área de energia, as outras empresas do sistema da *TV Bahia* não são vinculadas uma área a outra, isso foi ilegal e irregular e o secretário assumiu o ônus, dizendo quem dá as ordens é ele.

Então, como já havia prometido, estou mandando com a gravação, estou guardando a gravação, porque não me deram ainda, para anexar, mandar a afirmativa que ele fez, para que apure e veja. Como ele disse que o ônus é de todas as ordens e ele iria mandar apurar e se por irregularidade ele exoneraria a pessoa, então, tenho certeza de que nos próximos dias teremos que ter outro secretário.

Com relação as críticas que tenho feito, são as críticas das coisas erradas do

governo, porque, quando disse – e a imprensa toda anunciou no final do ano, com grande destaque, para orgulho de todos nós – que tinha R\$ 900 milhões em caixa, e hoje, respondendo a um questionamento meu, quando, quando afirmei que os R\$ 900 milhões não eram do Tesouro, que havia também recursos do Funprev, do SUS, da Educação, de convênios, o secretário manipulou o Orçamento do Estado e prestou informação errada à imprensa. E mais grave do que isso: cancelou, e confirmou isso, empenhos já pagos no valor de R\$ 220 milhões, com único objetivo de cumprir o programa de meta fiscal estabelecido. Isso é manipular o Orçamento para cumprir uma meta, uma meta criminosa, e estarei, sim, cumprindo minha obrigação de membro do Conselho de Fiscalização da Assembleia Legislativa, denunciando isso.

Agora não venham querer me vincular à TV Bahia, pois não tenho rabo preso! Nunca tive empresa, nunca tive fazenda, e todo o meu salário e tudo o que tinha adquirido durante vinte anos, até telefone, o PT fez com que a Receita Federal, quando eu era presidente desta Casa, fiscalizasse. E houve fiscalização, sem resultado, feita pela Secretaria da Fazenda. Esse foi o mérito do PT quando eu era presidente desta Casa. Então, estou muito à vontade, porque todo o meu patrimônio está devidamente registrado no imposto de renda, e foi essa, e não poderia ser outra, a conclusão a que chegou a Receita Federal.

Termino dizendo que nunca tive nenhuma vinculação com a TV Bahia. Agora tenho, com relação aos atos praticados pelo governo, quando forem atos irregulares, a seriedade de cumprir a minha missão de denunciar! Podem ver se já dei alguma entrevista àquela emissora! Sentir-me-ia muito orgulhoso de dar entrevista à TV Bahia, porque é o maior veículo de comunicação da Bahia e do Brasil, como afiliada da Rede Globo, mas não tive esse privilégio! Mas ficarei muito satisfeito se um dia tiver o privilégio de lá, ao estúdio, e dar uma entrevista.

Dei entrevista aqui falando sobre o projeto do IAF, apenas, dizendo...

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Para concluir, Ex^a.

O Sr. Gaban:- (...) que ele era inconstitucional, e nesse sentido está lá no meu gabinete, deputado, acabando de agilizar, o mandado de segurança pra gente da entrada a fim de derrubar esse projeto inconstitucional. Infelizmente, apesar de ter alertado, os deputados resolveram rasgar o regimento da Casa, a Constituição e aprovaram um projeto inconstitucional, o qual vamos derrubar, se não na Justiça da Bahia, na Justiça Federal, onde já existe jurisprudência sobre o assunto.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Com a palavra o nobre deputado José Santana de Cerqueira Neto, amigo do deputado Sérgio Carneiro, pelo tempo de cinco minutos.

O Sr. ZÉ NETO:- Assim como V.Ex^a também, que é grande amigo dele, da família Carneiro, do senador João Durval, a quem V.Ex^a tanto defende esse anos todos e de quem tanto gosta.

Deputado Gaban, pelo amor de Deus!

Primeiro, V.Ex^a, no meio da minha fala,...V.Ex^a está pior do que Babá no período mais revolucionário! Contudo, há um problema, deputado Gaban: não existe objeto, e vamos investigar o que não ocorreu! Vamos investigar aqui, deputado

Waldenor, uma emissora de televisão que não tem nenhuma multa irregular, nenhum excesso de cobrança, nenhum contrato extinto pelo Estado! Pelo contrário, a TV Bahia é uma empresa muito respeitada, tranquila, com a qual o Estado faz parceira em muita coisa, assim como faz com a TV Record.

Deputado Gaban, mude esse lado da fita, que eu não aguento mais, estou cansado, deputado! Essa Oposição está muito sem assunto. Pelo amor de Deus! Até os entendo, sabe por quê? Vejam bem: se se for comparar o projeto que vocês tinham com o nosso projeto, não há o que comparar, porque os números mostram uma distância absoluta.

Hoje, lá em Feira, depois de 10 anos, estamos instalando uma sede da Case-Comunidade de Atendimento Socioeducativo, para atender a 90 crianças. São R\$ 11 milhões de investimento para fazer um trabalho de segurança pública, de ressocialização, de busca de melhoria da vida dos nossos jovens e adolescentes infratores.

Lá também, pela manhã, o governador anunciou, deputado Gaban, a instalação de mais 26 novas empresas, com mais de mil novos empregos, no CIS! São investimentos de mais de R\$ 80 milhões! Ampliamos, no ano passado, o CIS, onde foram gastos mais de R\$ 5 milhões na compra de terrenos!

A Embasa entregou hoje obras no valor de R\$ 3 milhões e meio. Já estão no montante de R\$ 95 milhões os investimentos na cidade.

Então, deputado Gaban, existem ainda muitas dificuldade a enfrentar, e vamos enfrentar muita coisa. Agora, a Oposição ficou sem projeto, sem conversa.

Hoje, o secretário veio aqui e ficou das 9 horas até depois das 14 horas. Deputado Gaban, onde já se viu? Estamos vivendo no céu! Deputado Fernando Torres, nesta Assembleia, estamos no céu. Acabou o amém.

Perseguição? Pelo amor de Deus! Não vamos criar CPI para não dar palanque à toa para a Oposição. A Oposição não tem um fato e fica, aqui, conversando fiado o tempo todo.

Imaginem se vamos colocar os holofotes das televisões para investigar o nada! Aí, é que vai ser uma coisa. Não dá, deputado Gaban.

Desculpe-me, vamos trabalhar, como estamos trabalhando, e aproveitar este momento para agradecer ao secretário por sua presença hoje em nossa Casa.

O DEM perdeu o foco, perdeu de vez o foco. V.Ex^{as} olhem para a política, olhem o projeto, mostrem o que querem! Ou não querem nada?

O Sr. Gaban:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ZÉ NETO:- Não, o meu tempo é curto. V.Ex^a tomou 5 minutos. V.Ex^a tomou um chá de chacoalho nesses dias, não foi deputado Gilberto Brito. O deputado Gaban tomou um chá de chacoalho, não está parando de falar. Está estressado. Não sei. Talvez seja o momento do posicionamento político que V.Ex^{as}, hoje, não estão conseguindo estabelecer nenhum elã de disputa. Não há disputa aqui, na Assembleia, de projetos, existe disputa de picuinhas, de disse-me-disse, da coisa pequena.

Vamos sair dessa. Temos que ficar responder a bobagens! E não tenho argumento para responder a CPI do nada. Quem foi perseguido, onde está a

perseguição, qual o efeito, qual o prejuízo? Não houve prejuízo, multa ou excesso algum. No tempo em que Antonio Carlos punha fiscais na porta dos inimigos políticos: “Bota até estrebuchar. Inventar. Aos inimigos, a rigorosidade, a ferocidade da lei; aos amigos, as facilidades da lei.”

Encerrando a minha fala, deputado Gaban, vou dizer que, hoje, acabou o manda quem pode, obedece quem tem juízo. Hoje, não. Participa quem pode, constrói quem tem consciência. E isso, hoje, está muito claro nesse governo da Bahia de todos nós,

Hoje foi um dia positivo. Em meio a uma crise dessas,...

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Para concluir, deputado.

O Sr. ZÉ NETO:- Concluindo, Sr. Presidente.

(...) em meio a uma crise mundial, estamos com os pés no chão.

No mês passado, a Bahia foi o estado do Brasil que mais teve desenvolvimento industrial, e, com certeza, nos próximos meses vamos mostrar ao mundo que a Bahia e o Brasil estão no caminho certo do desenvolvimento e da felicidade do nosso povo.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Com a palavra o Líder da Minoria ou o representante do PTN para falar ou indicar orador, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Pelo tempo de 10 minutos, o deputado Paulo Azi.

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, é inacreditável como as lideranças do governo tratam um assunto tão sério e grave de forma tão jocosa.

O governo foi pegado com as calças arriadas, deputado Isaac, deputado Fernando Torres. E, infelizmente, o governo não tem a coragem de dizer a verdade à opinião pública.

Ficou comprovado, ficou provado, deputado Gaban, que esse governo persegue, sim, que esse governo se utiliza do aparelho estatal para perseguir politicamente. E olha, deputado Gaban, que a Oposição, cuidadosa como é, imaginava, no início, que se tratava de uma ação pontual de algum funcionário da Secretaria da Fazenda. Hoje não. Hoje a Oposição sabe que se tratou de algo articulado e assumido pelo próprio secretário da Fazenda, Sr. Carlos Martins. Perseguição política, sim, perseguição política comprovada com documentos.

E o governo, pego de calças na mão, tenta de maneira pouco séria, tenta de maneira pouco responsável desacreditar, não uma denúncia, mas um fato da maior gravidade que ficou devidamente comprovado. E o pior, deputado Zé Neto, o silêncio e a falta de resposta de V.Ex^{as}. é o que tornou o fato muito mais grave.

O governador, deputado Gaban, - e olha que eu me decepcionei com o governador – não imaginava que o governador tivesse conhecimento, deputado Euclides, de tal perseguição, deputada Pedrosa. Imaginava que isso era coisa dos petistas, dos burocratas petistas, deputado Paulo Rangel, que gostam muito de tentar

pegar determinados fatos políticos para gerar dividendos eleitorais. Imaginava que S.Ex^a, efetivamente, não participara, não fazia parte dessa verdadeira trama que se instalou no âmbito da Secretaria da Fazenda do nosso Estado. Mas, quando o próprio governador, ao comentar, não a denúncia, ao comentar um fato da maior gravidade, disse que era uma armação da Oposição.

Entristece-me muito, deputado Paulo Rangel, ver a mudança do posicionamento de V.Ex^a. Recordo-me que quando esse fato foi trazido ao Plenário desta Casa V.Ex^a, numa atitude que lhe é peculiar, porque assim sempre foi o comportamento de V.Ex^a nesta Casa, V.Ex^a, de imediato, reconheceu a gravidade do ocorrido e se posicionou como alguém que queria um esclarecimento daquele fato. Esse sempre foi, e não poderia ser diferente, o posicionamento de V.Ex^a naquele momento. E hoje eu registro com tristeza que V.Ex^a muda completamente o posicionamento que tinha e aí parte para um discurso, me perdoe a sinceridade, deputado Paulo Rangel, que não condiz com a respeitabilidade, não condiz com a maneira como V.Ex^a conduz o seu mandato nesta Casa.

V.Ex^a, efetivamente, foi bastante infeliz no pronunciamento que fez tentando levantar determinadas insinuações o que, repito, não condiz com a respeitabilidade do mandato que V.Ex^a tão bem representa nesta Casa.

Dito isto, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Parlamentares, quero também rapidamente me posicionar com relação à presença do secretário da Fazenda nesta Casa. Foi, deputado Gaban, um verdadeiro fracasso. Não sei, realmente, a dificuldade por que passa S.Ex^a o secretário Carlos Martins. Ele não conseguiu, deputado Gaban, responder uma única pergunta da Oposição. Tentou misturar as bolas, desdisse o que disse, mas ainda assim fez vários esclarecimentos, com números incontestáveis, desse governo.

O secretário Carlos Martins, por exemplo, demonstrou com números que está havendo uma diminuição dos recursos que esse governo destina à Educação. Eu não sei o que esse governo tem contra a Educação do nosso Estado. Deputado Yulo, está aqui, são dados oficiais do seu governo. Enquanto o governo Paulo Souto, deputado Waldenor, empregava algo em torno de 30%... Deputado Waldenor, V.Ex^a é um deputado que é muito cuidadoso com os números.

O Sr. Waldenor Pereira:- Foi em um ano só.

O Sr. PAULO AZI:- Enquanto o governo Paulo Souto destinava, deputado Gaban, algo próximo a 30% dos seus recursos para a Educação, este governo diminui as transferências para algo em torno de 27%.

O Sr. Waldenor Pereira:- 28%.

O Sr. PAULO AZI:- Talvez, seja por isso, esteja aí o motivo que explica as enormes dificuldades por que passa a Educação no nosso Estado que não tem carteiras para os alunos se acomodarem, que não transfere os recursos referentes ao transporte escolar para as prefeituras, que não ajuda os prefeitos com a merenda escolar dos alunos, que permite, Srs.Parlamentares, que no mês de abril tenhamos mais de sete mil ausências de professores na rede pública, deputado Isaac, V.Ex^a deve estar sofrendo isso em Jequié. De todos os municípios da Bahia recebemos

diariamente as queixas da ausência, da falta de professores nas escolas. E o governo vai para os jornais e diz que vai contratar dois mil. O próprio governo já diz que vai passar o ano com um déficit...

O Sr. PRESIDENTE(Fernando Torres):- Para concluir, excelência.

O Sr. PAULO AZI:- Vou concluir, Sr. Presidente, com o déficit de mais 5 mil professores no nosso Estado.

Esse é o retrato desse governo e esse foi, infelizmente, o retrato da manhã infeliz... Deputado Gaban, o secretário Carlos Martins é um secretário bom de retórica, bom de discurso. Mas eu confesso que, hoje, o secretário estava numa manhã infeliz, estava nervoso, em determinado momento, agressivo, tentando, a todo o custo, deputada Antônia Pedrosa, se desvencilhar e fugir dos questionamentos que lhe eram feitos. Não sei se isso é fruto do momento difícil...

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Para concluir, Excelência, pois o governo já está me cobrando.

O Sr. PAULO AZI:- Vou concluir, repito, vou concluir.

(...) por que passa a Secretaria da Fazenda neste clima de guerra que se criou entre os agentes de tributos e os auditores fiscais.

Perdoem-me e agradeço a tolerância de V.Ex^a.

(Sem revisão do orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o do Bloco Parlamentar PDT-PSC-PRB, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 08 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, falará, por todo o tempo, o deputado Yulo Oiticica.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Com a palavra, durante 08 minutos, o ex-presidente da Comissão de Direitos Humanos, deputado Yulo Oiticica.

O Sr. YULO OITICICA:- Saúdo o deputado e presidente Fernando Torres, ex-presidente brilhante da Comissão de Direitos Humanos, que preside esta sessão com o mesmo brilhantismo.

Deputado Waldenor Pereira, os deputados da Bancada da Oposição, na verdade, morrem de medo de que a gente olhe pelo retrovisor, porque eles têm vergonha do passado. E devem ter mesmo. E devem mesmo ter vergonha do passado, porque foi um passado vergonhoso. Vir falar de educação? *A per capita* de educação na Bahia, no governo passado, era de 36 alunos para um professor. Hoje é de 30 para um. Como se não bastasse, éramos o penúltimo. Somos o sexto de baixo para cima que ainda envergonha. Isso é verdade.

Mas a Bahia não é mais conhecida pelos problemas que tinha. A Bahia, hoje, é conhecida pela forma de enfrentar os problemas que tinha como, por exemplo, campeã de analfabetos. Mas não é conhecida como tal, é conhecida como o Estado que tem o maior programa de combate aos analfabetos. Esta é a forma como a Bahia, hoje, é conhecida, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas.

Quanto à universidade pública estadual que cresceu e cresceu muito na Bahia,

qual era a metodologia dela? Qual era o critério para a criação do *campus*? Eram os afilhados, os afilhados do rei.

(O Sr. Paulo Azi se manifesta fora do microfone. Inaudível.)

O Sr. YULO OITICICA:- O deputado Paulo Azi, neste momento, pergunta sobre o *campus*. Talvez, ele não fosse tão afilhado do rei assim. Mas eu acredito que V.Ex^a sempre foi um deputado muito bem conceituado nos governos últimos passados.

A Uneb, coitada, não conseguia nunca fazer um *réveillon* comemorando o pagamento de suas dívidas. Pelo contrário, o *réveillon* era sempre em vermelho. Pela primeira vez, a universidade pública do Estado consegue virar o ano zerando as suas dívidas com investimento do governador Jaques Wagner de 22% a mais que o governo passado, no primeiro ano, melhor, quase 28% , e no segundo ano, mais 6%.

Ora, deputados e deputadas, esses governos passados...!

Deputado Zé Neto, é muito fácil para nós aqui, deputados deste novo governo da Bahia, fazer o discurso, porque, mesmo com a crise violenta que toma conta do Planeta – e a Bahia não está imune dela –, não se vai diminuir absolutamente nada nos investimentos sociais, até mesmo com a queda de arrecadação gigantesca.

Eu estava no sábado último passado, na cidade do Salvador, no Pelourinho. Lá as crianças eram as sempre olhadas pelo governo do Estado inclusive como as próximas vítimas do tráfico de drogas - seja traficando seja vítima.

Este governo criou um programa específico para os jovens negros e pobres do Pelourinho e bairros adjacentes.

Quero convidar os deputados do governo, os deputados da Oposição, melhor dizendo, para conhecer esse programa pioneiro. Formamos a primeira turma no sábado passado, com 200 jovens. O secretário Valmir Assunção estava lá para dizer, sabem o quê, deputados? Que a próxima turma não será de 200, será de 400 jovens.

Os deputados da Oposição, porque a democracia é muito boa, inclusive ela possibilita o rodízio constante, os deputados da Oposição aqui, de uma forma ou de outra, talvez entrando para a base do governo Wagner ou, quem sabe, daqui a alguns anos, muitos anos, é verdade, deputado Isaac, voltando ao poder, precisam aprender a governar, aproveitem o governo Wagner para aprender a gestar o Estado, garantindo políticas públicas, garantindo políticas que verdadeiramente irão construir uma Bahia de todos, não mais uma Bahia de alguns privilegiados amigos do rei.

Quero concluir o meu pronunciamento, Sr. Presidente, dizendo que o governador, mais uma vez, hoje, deu um exemplo da construção da nova cultura baiana, instituindo o prêmio de direitos humanos, mídia e direitos humanos, batizando-o com o nome de Professor Gey Espinheira, sociólogo, brilhante militante da luta dos direitos humanos, conhecido fora das fronteiras do nosso Estado e do nosso País, o professor Gey verdadeiramente deixou um legado brilhante de seguidores e seguidoras, isso foi mais do que justo.

A secretária da Justiça, Marília Murici, que por questões pessoais apresenta renúncia ao governador Jaques Wagner, teve a oportunidade, não só de implementar uma série de ações na questão específica da Pasta, mas de criar espaços importantes,

não só na relevância do serviço prestado, como é o Centro de Defesa dos Direitos Humanos, no Canela, que traz o nome do saudoso jurista J J Calmon de Passos, como o recém-inaugurado também Auditório, na Secretaria da Justiça, com o nome Pedro Milton e, hoje, criando esse prêmio tão importante, deputado Pedro Alcântara, V.Ex^a. que eu tenho como um dos deputados mais brilhantes desta Casa. Quando entrei aqui, já encontrei V.Ex^a, mesmo em Bancadas diferentes, sempre tive V.Ex^a como um dos deputados mais sérios, corretos, coerentes e professor do Parlamento, bom orador e bom militante do nobre exercício do Legislativo Baiano, quero dizer a V.Ex^a., deputado Pedro Alcântara, que me peguei outro dia numa “saia justa”, quando iniciei um processo de reconhecimento a um nobre baiano, Carlinhos Brown, importante baiano que nasceu num bairro pobre desta capital e que faz um trabalho hoje com a juventude, com crianças, de auto-estima, de reconhecimento e fortalecimento da identidade, infelizmente, só achei um prêmio nesta Casa, que é o Prêmio Luís Eduardo Magalhães, um prêmio, sem dúvida, importante para se dar a quem desempenha um bom trabalho como parlamentar, como foi o nobre parlamentar Luís Eduardo Magalhães, mas não para uma estrela da cultura, uma expressão da música, da cultura baiana, como é Carlinhos Brown.

Portanto, esta Casa Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, pode se espelhar no governo Wagner, se espelhar na secretária Marília Murici, para criar também espaços importantes, prêmios importantes e aprovar de uma vez por todas projetos de deputados.

Eu concluo dizendo que a Comissão dos Direitos Humanos está empenhada em recolher desta Casa projetos de todos os deputados que aqui formam a Assembleia Legislativa, projetos de lei relacionados aos direitos humanos, para que possamos, de forma coletiva, Sr. Presidente, debater e aprovar projetos relacionados...

Muito obrigado pela tolerância de V.Ex^a., como militante dos direitos humanos, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Concedo palavra ao nobre Líder do PR, para falar ou indicar orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Pedro Alcântara:- Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PT do B/PSL e PTB, para falar ou indicar orador pelo tempo de 8 minutos.

Não há orador.

Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PTdoB/PSL/PTB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou Líder do PMDB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou do Democratas para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Com a palavra o deputado Heraldo Rocha por todo o tempo.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, teleouvintes da *TV Assembleia*, radiouvinte da rádio Oposição, imprensa presente, hoje pela manhã, durante uma audiência que se iniciou às 10 horas e deve ter terminado por volta das 14 ou 14:30, o Exm^o Sr. Secretário da Fazenda Carlos Martins, em audiência pública em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, esteve nesta Casa. E é surpreendente a postura do Exm^o Sr. Secretário: não responde a uma pergunta dos interlocutores, quando responde tergiversa, quando se procura buscar explicações a respeito de diversos problemas que em audiências passadas e V.Ex^a, deputado Fernando Torres, meu particular amigo, perguntava-me: e os dois milhões? Sumiu.

A situação do Estado é grave. Preocupa-me bastante a situação econômica do Estado. Agora, deputado Fernando Torres, tudo é a crise econômica. Toda a falta de recursos para a contratação de professores, não só da rede pública estadual no que diz respeito ao ensino fundamental como também das universidades, é a crise econômica. Se é para contratação de policiais, é a crise econômica. Se é para contratação dos delegados, é a crise econômica. Enfim, encontraram, os próceres do governo Jaques Wagner e, particularmente, o Exm^o Sr. Secretário Carlos Martins uma tábua de salvação, como se diz no interior, deputado Joécio.

Fico preocupado com os deputados da base aliada. Como é que estão fazendo, deputado Gaban, com as suas lideranças, os prefeitos, os municípios. Estou fazendo uma pesquisa através do meu site para que respondam como é que se encontra a situação de educação no seu município. Podem acessar: www.heraldorocha.com.br. O índice de ruim já está em mais de 58%.

Mas é claro, é cristalino, hoje diversos parlamentares da nossa Bancada, deputado Gaban, deputado Paulo Azi, deputado Elmar Nascimento, deputado Misael Neto, posicionaram-se. Fizemos questionamentos a respeito de diversas situações, como por exemplo a situação do Derba e das estradas. E V.Ex^{as} sabem que as estradas estão em situação caótica. A situação de restos a pagar que ele assumiu. A situação dos 220 milhões de empenho que ele cancelou, de obras executadas e que ele assumiu e realmente cancelou. E o Exmo. Governador do Estado vai à televisão e diz que construirá, deve ser para agradar ao deputado Waldenor, o aeroporto de Conquista e irá gastar 100 milhões de reais, afirma que vai construir a ponte Salvador-Itaparica. Ora, eu acho que o nosso Exmo. Sr. Governador pensa que nós não raciocinamos.

Hoje pela manhã eu fiquei feliz, realmente os deputados estão estudando, fizeram perguntas coerentes, técnicas, onde questionaram as diversas situações econômico-financeiras do Estado. Isto envaidece a quem, temporariamente, lidera

esta Bancada de Oposição, e eu queria aproveitar esta oportunidade para agradecer à nossa Bancada pelo espírito democrático e respeitoso que trata dos assuntos do Estado.

Ora, senhoras e senhores deputados, sobre esta matéria que não canso de repetir, hoje entrei com uma representação em nome da Bancada da Minoria no Ministério Público do Estado, onde a manchete é: “*Estado investe em tecnologia nas escolas sem estrutura*”. Autorizei meu gabinete a enviar um telegrama para as jornalistas Luisa Torreão e Amélia Vieira, pela brilhante, competente, investigatória matéria publicada no jornal *A Tarde*.

(Lê) “*Estado opta por investir R\$38 milhões em Tvs Pendrive, mas faltam cadeiras, merenda e rede elétrica eficiente nas escolas.*”

LUISA TORREÃO E AMÉLIA VIEIRA

ltoreao@grupoatarde.com.br avieira@grupoatarde.com.br

‘*Deve ser para passar filme*’. Foi isso que pensou o jovem estudante, Marcos Oliveira, quando viu aquela televisão azul na sala do Colégio Estadual Professor Carlos Barros, onde estuda, em Paripe.

Só um mês depois do ano letivo, o jovem soube que se tratava de um monitor educacional, ao conversar com a reportagem do jornal *A Tarde*: ‘*Achava que era uma TV comum. Não imaginava que tinha essa tecnologia. Ninguém explicou nada para a gente*’.

Para Marcos, meu caro Presidente Marcelo Nilo, a falta de diálogo da instituição com os alunos só não é pior do que a falta de carteiras em sala. ‘*As turmas ficam se revezando, porque não tem lugar para todo mundo sentar.*’ Já vou concluir, Sr. Presidente. “*Eu mesmo só tenho aula três vezes por semana*”, conta. Para ele, a proposta dos monitores é boa, mas antes deveriam ser sanadas as questões mais essenciais.”

Portanto, Sr. Presidente, senhoras e senhores deputados, eu concluo dizendo que, felizmente, hoje o Sr. Secretário da Fazenda do Estado da Bahia mostrou, com dados, que o Estado está quebrado e que esta parafernália na televisão é uma propaganda enganosa para não dizer mentirosa. Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre Líder do PT ou da Maioria para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não há orador.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ordem do dia: discussão única e votação do projeto nº 17.813/2009 de procedência do Poder Executivo.

PROJETO DE LEI Nº 17.813/2009

Dispõe sobre medidas a serem adotadas pelo Estado da Bahia para a realização de Jogos Olímpicos e Paraolímpicos do ano de 2016.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembléia Legislativa aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei estabelece medidas a serem adotadas para a realização de competições dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, denominados “Jogos 2016”, na cidade de Salvador, caso a cidade do Rio de Janeiro venha sediar os aludidos Jogos.

Art. 2º - O Poder Executivo poderá suspender a eficácia de todo e qualquer ato, bilateral ou unilateral, que tenha por objeto a utilização, de forma precária ou não, de bens públicos estaduais que reputar indispensáveis à realização dos “Jogos 2016”, em especial no que se refere à segurança de dignatários estrangeiros.

Parágrafo único - O ato de suspensão de que trata este artigo:

I - poderá ser total ou parcial;

II - será previamente comunicado ao interessado;

III - terá sua duração limitada ao período de realização dos “Jogos 2016”;

IV - observará aos princípios aplicáveis à Administração Pública, em especial, os da legalidade, da razoabilidade e da proporcionalidade.

Art. 3º - Para fins desta Lei a expressão “símbolos relacionados aos Jogos 2016” compreende:

I - todos os signos graficamente distintivos, bandeiras, lemas, emblemas e hinos criados pelo Comitê Olímpico Internacional - COI;

II - as denominações “Jogos Olímpicos”, “Jogos Paraolímpicos”, “Jogos Olímpicos Rio 2016”, “Jogos Paraolímpicos Rio 2016”, “XXXI Jogos Olímpicos”, “Rio 2016”, “Rio Olimpíadas”, “Rio Olimpíadas 2016”, “Rio Paraolimpíadas”, “Rio Paraolimpíadas 2016” e demais abreviações e variações;

III - o nome, o emblema, a bandeira, o hino, o lema, as marcas e outros símbolos do Comitê Organizador dos XXXI Jogos Olímpicos Rio 2016 e dos

Jogos Paraolímpicos Rio 2016;

IV - os mascotes, marcas, tocha e outros símbolos relacionados aos XXXI Jogos Olímpicos e Rio 2016 e Jogos Paraolímpicos Rio 2016.

Parágrafo único - As autoridades estaduais deverão cooperar na investigação e repressão a atos ilícitos que infrinjam os direitos sobre os símbolos relacionados aos “Jogos 2016”, referidos no *caput* deste artigo, adotando procedimentos que garantam celeridade, agilidade e ampla defesa.

Art. 4º - No período de realização dos “Jogos 2016” e em períodos antecedente e subsequente, o Poder Executivo poderá suspender a veiculação de publicidade e propaganda em espaços de propriedade do Estado da Bahia, situados em logradouro público ou que se exponha ao público, nas áreas de interesse dos “Jogos 2016”, definidos em regulamento.

§ 1º - Aplica-se o disposto neste artigo à exposição de publicidade em veículos de transporte intermunicipal.

§ 2º - Excluem-se do disposto neste artigo os anúncios indicativos, os quais se destinam a identificar no próprio local da atividade os estabelecimentos e/ou profissionais que dele fazem uso.

Art. 5º - A suspensão prevista no *caput* do artigo 4º está condicionada a requerimento escrito do Comitê Organizador dos “Jogos 2016”, devidamente fundamentado, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias da data de abertura dos jogos, facultada a opção de exclusividade na utilização dos referidos espaços publicitários, mediante pagamento de preços equivalentes àqueles praticados em 2008, devidamente corrigidos monetariamente, e com o recolhimento do valor devido.

Art. 6º - Serão observadas nas outorgas de bens e serviços públicos estaduais, bem como em suas renovações, inclusive de transportes, que prevejam a veiculação de publicidade e as autorizações de publicidade, o disposto no *caput* do artigo 4º e o prazo de 180 (cento e oitenta) dias mencionado no artigo 5º.

Art. 7º - As disposições contidas nesta Lei não afastam vedações à veiculação de publicidade previstas na legislação em vigor.

Art. 8º - As autoridades estaduais deverão cooperar na investigação e repressão a qualquer prática de marketing ilícita, inclusive aquelas que configurem concorrência desleal e associação indevida.

Art. 9º - O Estado da Bahia, através dos seus órgãos responsáveis, nos limites de sua competência, deverá:

I - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de sua competência necessários à realização dos “Jogos 2016”;

II - aperfeiçoar o sistema de transportes intermunicipal de modo a melhor atender a população durante a realização dos “Jogos 2016”;

III - implantar a operação da rede de faixas exclusivas no seu território, denominadas “Faixas de Tráfego Olímpicas”, para uso exclusivo da organização dos jogos e de seus participantes, sejam eles atletas ou profissionais envolvidos, observando o disposto no inciso IV do art. 15.

Art. 10 - O Estado da Bahia adotará medidas relacionadas à proteção ambiental e ao desenvolvimento sustentável na realização dos “Jogos 2016”, observadas as políticas e leis nacionais, além dos protocolos e acordos internacionais, relacionados à responsabilidade e à proteção ao meio ambiente.

Parágrafo único - Caberá ao Poder Executivo, nos limites de sua competência:

I - desenvolver programa ambiental integrado dos “Jogos 2016”, o qual, entre outras iniciativas, concentrar-se-á em atividades específicas visando melhorar a qualidade das vias fluviais e do corpo hídrico urbano, especialmente daqueles próximos ou que sejam parte de instalações Olímpicas;

II - condicionar as instalações de obra ou atividade potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente, à prévia elaboração de estudo de impacto ambiental, acerca do qual se dará publicidade;

III - não permitir, nas áreas de preservação permanente, atividades que contribuam para descaracterizar ou prejudicar seus atributos e funções essenciais, excetuadas aquelas destinadas a recuperá-las e assegurar sua proteção, mediante prévia autorização dos órgãos estaduais competentes.

Art. 11 - O Poder Executivo, nos limites de sua competência, atenderá ao plano apresentado na candidatura à sede dos “Jogos 2016” e desenvolverá programas e

projetos para aproveitamento posterior de todas as instalações dos jogos, em benefício da comunidade.

Art. 12 - As construções e instalações para os “Jogos 2016” observarão as regras de acessibilidade e funcionalidade para pessoas com deficiência, previstas pelas normas e legislação vigentes, bem como as diretrizes do Comitê Olímpico Internacional - COI.

Art. 13 - A realização de grandes eventos, entre os dias 28 de julho e 20 de agosto de 2016, só será autorizada pelos órgãos competentes se for possível garantir a segurança do evento sem por em risco a segurança dos “Jogos 2016”.

Parágrafo único - Compreende-se como grandes eventos, para fins desta Lei, as atividades desportivas, recreativas, culturais ou artísticas, de caráter excepcional, realizadas em áreas públicas, com público igual ou superior a 15.000 (quinze mil) pessoas.

Art. 14 - O período compreendido entre os dias 03 e 13 de agosto de 2016 será de férias escolares nos estabelecimentos de ensino público estadual.

Art. 15 - O Poder Executivo expedirá normas complementares para a execução da presente Lei, inclusive no que se refere:

- I - aos serviços públicos de competência estadual;
- II - à adoção de ações afirmativas para garantir a promoção da diversidade racial brasileira na admissão de trabalhadores temporários, para as atividades relacionadas aos “Jogos 2016”;
- III - à adoção de medidas a fim de que seja garantida a contratação temporária das pessoas portadoras de necessidades especiais;
- IV - a celebração de convênio com os municípios para a implementação das faixas “Faixas de Tráfego Olímpicas”, definidas no inciso III do artigo 9º.

Parágrafo único - Caso venham a ocorrer contratações temporárias de trabalhadores por parte do Poder Executivo para as atividades relacionadas aos “Jogos 2016”, as vagas disponíveis deverão ser divulgadas, inclusive, através da *internet*.

Art. 16 - O Estado da Bahia incluirá nos Planos Plurianuais e nas Leis de Diretrizes Orçamentárias Anuais dotações destinadas a viabilizar a execução desta Lei.

Art. 17 - Esta Lei entrará em vigor a partir de sua publicação e vigorará até o dia 31 de dezembro de 2016, ficando os seus efeitos condicionados à nomeação pelo Comitê Olímpico Internacional da cidade do Rio de Janeiro como sede dos “Jogos 2016”.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Paulo Azi pediu vista do parecer, gostaria que V.Ex^a emitisse o seu parecer deputado.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, tive acesso ao parecer, já analisei-o e devolvi à Secretaria da Mesa. Não tenho nada a acrescentar ao parecer lido no Plenário.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não deputado Heraldo.

O Sr. Heraldo Rocha:- Já estamos em votação Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Submeterei o parecer a votação.

O Sr. Heraldo Rocha:- Então eu aguardo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação no âmbito das comissões o parecer do deputado Nelson Leal emitido na sessão passada. Primeira comissão: Comissão de Constituição e Justiça, deputado Zé Neto.

O Sr. Heraldo Rocha: Sr. Presidente, V.Ex^a está colocando em votação no âmbito das comissões? Então eu gostaria de solicitar uma verificação de quórum no âmbito das comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a tem toda a razão e será atendido.

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, em primeiro lugar gostaria que V.Ex^a após a nossa questão de ordem pudesse, se necessário for, solicitar o estabelecimento de 15 minutos para o processo de votação, tendo em vista que alguns colegas que compõe essas comissões estão se deslocando de seus gabinetes para permitir o estabelecimento do quórum mínimo necessário. Dito isso gostaria de convocar os colegas deputados e deputadas da nossa Base de Situação para se deslocarem ao Plenário desta Casa, pois há uma solicitação de verificação de quórum de votação no âmbito das comissões. As comissões envolvidas são: Constituição e Justiça, Finanças e Orçamento, Educação e Serviços Públicos, e também a de Meio Ambiente.

Por isso solicito que os colegas deputados e deputadas membros dessas comissões destacadas se desloquem ao Plenário da Casa, imediatamente, pois há uma solicitação de verificação de quórum de votação no âmbito das comissões citadas.

Srs. Parlamentares, deputados da Base de Situação que se encontram em seus gabinetes e nas demais dependências desta Casa Legislativa, convidamos V.Ex^{as} para, imediatamente, se dirigirem ao Plenário.

Quero chamar a atenção dos demais colegas que não compõe as comissões citadas para que possam também se deslocarem ao Plenário desta Casa, porque logo em seguida entraremos em processo de apreciação e votação no Plenário, e por isso necessitaremos de um quórum mínimo de 32 Srs. Parlamentares.

Portanto, todos os colegas deputados e deputadas estão convidados a se deslocarem ao Plenário, tendo em vista que há uma solicitação de verificação de quórum de votação no âmbito das comissões.

Srs. Deputados, Srs. Deputadas, apreciaremos e votaremos um importante projeto que vai permitir ao Estado da Bahia concorrer a uma sub-sede dos jogos olímpicos de 2016. O Comitê Olímpico Brasileiro estabelece algumas exigências legais e este projeto de lei se adéqua a essas exigências do comitê para que o Brasil, em primeiro lugar, possa se candidatar a país sede dos jogos olímpicos de 2016, e o Estado da Bahia, naturalmente, também se candidata a uma sub-sede desses jogos em nosso País.

Queria convidar todos os Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas da nossa base, da Situação, para se deslocarem até o Plenário desta Casa Legislativa, pois há uma solicitação de verificação de quorum no âmbito das comissões, para que possamos votar e aprovar o projeto que vai permitir ao nosso Estado e ajudar o nosso País a se candidatarem a sede e sub-sede dos jogos olímpicos de 2016.

Portanto, Sr. Presidente, solicito a V.Ex^a que também convide os deputados a se fazerem presentes no Plenário. Fazendo soar as campainhas, convide todos que se encontram nas diferentes dependências desta Casa Legislativa e que estabeleça, se for necessário, o prazo de 15 minutos para que os colegas possam se deslocar até o Plenário desta Casa Legislativa.

Esta é a nossa solicitação. Agradecemos a V.Ex^a pela tolerância nesta questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

Srs. Deputados das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Serviço Público e Meio Ambiente, Seca, Recursos Hídricos e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, compareçam ao Plenário, tendo em vista que há uma verificação de quorum solicitada pelos Líderes da Minoria, deputado Heraldo Rocha, e da Maioria, deputado Waldenor Pereira, para a votação do projeto nº 17.813/2009.

(Que sejam marcados 15 minutos.)

O Sr. Pedro Alcântara:- Sr. Presidente, eu queria fazer uma comunicação inadiável...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O Sr. tem 5 minutos para a sua comunicação.

O Sr. Pedro Alcântara:- Sr. Presidente, depois de amanhã, às 9 horas da manhã, no centro de cultura de Juazeiro, haverá o lançamento da Fenagre, a Feira Nacional

da Agricultura Irrigada. Esta feira hoje é internacional haja vista a presença de pessoas do agronegócio, tanto dos Estados Unidos quanto da Europa, agora também do Japão e do Brasil como um todo, principalmente dos estados da Bahia e Pernambuco.

É uma feira que gira em torno de milhões de dólares. É a maior força econômica do São Francisco e do Nordeste brasileiro. Talvez seja ela já a 2ª maior feira no ramo do agronegócio e o seu lançamento será na próxima quinta-feira, às nove horas da manhã.

Este ano, Sr. Presidente, esta feira que já dava impressão de ser uma festa popular, já estava se caracterizando mais que uma feira do Agronegócio, numa feira popular, numa festa popular, tipo micareta, carnaval antecipado, etc. Mas no governo atual, na administração do prefeito Isaac Carvalho se muda a concepção dessa feira. Ela deverá ser realizada no pátio da Universidade Estadual da Bahia, no campus de Juazeiro e focará três itens principais.

O primeiro é a nova tecnologia para agricultura irrigada, que deverá ser lançada com tecnologia internacional para a economia, tanto no uso da água como da energia elétrica. Teremos várias rodadas neste sentido, da tecnologia mais avançada, tecnologia de ponta na agricultura irrigada. Segundo, será em relação a própria fruta, à qualidade, que até já tem o selo de qualidade em vários países do mundo. Haja vista a Biofábrica Moscamed, em Juazeiro, que torna o macho da mosca da fruta estéril.

Então, estamos mostrando a nova tecnologia em relação à produção de fruta. E com esse selo de qualidade já podemos exportar para vários países do mundo, abrindo novas janelas. Entretanto só temos 2 meses de produção, quando já temos condições de produzir o ano inteiro, e isso provoca um prejuízo enorme para o agronegócio.

Outro foco será o dos implementos agrícolas. Hoje, temos na região inúmeras representações da Massey Ferguson, etc., do ramo de trator. E teremos um foco diferente.

Paralelo a isso, faremos as festas populares, que também já são uma tradição na cidade. Quero aproveitar esta oportunidade, Sr. Presidente, para convidá-lo. Se for possível, agende para estar na abertura dessa feira, assim como todos os outros deputados desta Casa. É a maior feira no ramo do agronegócio do Nordeste e, claro, a primeira da Bahia.

Agradeço a atenção de V.Ex^a e a concessão deste tempo para eu dar esta informação a esta Casa.

Entendo que atualmente, em relação às divisas da agroindústria e da fruticultura, a base principal da Bahia é Juazeiro. Hoje, empresários do setor estão em audiência com os secretários da Indústria e Comércio e da Agricultura, o nosso colega deputado estadual Roberto Muniz, não só, mais principalmente, Sr. Presidente, para buscarem a industrialização desse produto. É a verticalização da cadeia.

Ainda exportamos a fruta *in natura*. Dentro em breve estaremos desidratando, cristalizando e exportando a fruta. É tão interessante essa cadeia de negócio que o próprio Banco do Nordeste e a Desenbahia já criaram linhas de crédito para o

financiamento dessa industrialização da nossa fruta de Juazeiro. E já há até interessados na compra antecipada, antes mesmo da instalação da indústria.

Portanto, o governador Jaques Wagner tem dado todo o apoio, através de seus secretários, à industrialização da fruta. Com certeza, será a grande alavanca para a economia e para a geração de emprego em nossa região.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela atenção.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Yulo Oiticica.

O Sr. Yulo Oiticica:- Sr. Presidente, gostaria de fazer uma comunicação inadiável – convidando os deputados a se pronunciarem sobre esse tema – a respeito de uma atitude importante do Ministério Público estadual.

O nosso procurador geral, Dr. Livaldo Britto, convocou os representantes de três importantes programas da televisão baiana – *Na Mira*, *Se Liga Bocão* e *Que Venha o Povo* – para que pudessem estabelecer um TAC, Termo de Ajuste de Conduta, a fim de definir uma nova concepção de exibição daqueles programas, das suas imagens, já que eles têm feito um espetáculo da miséria, do horror, praticando uma violação aos direitos humanos.

A lógica deles é a seguinte: quanto mais sangue, mais miséria, mais brutalidade, melhor, pois assim conseguem números cada vez mais expressivos no IBOPE.

Quero dizer que alguns desses representantes não apareceram nessa reunião com o Ministério Público. Exatamente por isso, dois promotores do nosso Estado, a Dr^a Isabel Adelaide e o Dr. Almiro Sena, entraram com uma ação civil pública contra o programa *Na Mira*. Quanto aos outros dois, *Se Liga Bocão* e *Que Venha o Povo*, por serem menos horrorosos, menos ostensivos nessas brutais violações aos direitos humanos, podem ainda, através dessa renúncia, estabelecer um TAC.

Como o programa *Na Mira* é o que mais faz, infelizmente, o espetáculo das imagens que violentam as famílias, as crianças, os lares baianos exibindo, como já disse, cada vez mais brutalidade e sangue, até superestimando a realidade, já que esses, muitas vezes, quando questionados, respondem que só estão falando a verdade. Mas, na verdade, eles superestimam a brutalidade que existe no dia a dia baiano.

Acho que o promotor Dr. Almiro Senna e a Dr^a Isabel Adelaide merecem desta Casa uma manifestação de apoio para que o Poder Judiciário baiano possa, verdadeiramente, estabelecer uma nova conduta a esses programas de TV.

Quero dizer, Sr. Presidente, que estarei levando essa questão à Comissão de Direitos Humanos, na reunião de amanhã, para que ela tome uma posição em favor dos promotores e contra a exibição desses três programas a fim de que, conseqüentemente, possamos levá-la ao conhecimento de toda esta Casa para que possamos tomar uma decisão, posicionar-nos como Poder Legislativo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Pausa)

O Sr. Herald Rocha :- Vai cair, vai cair! Essa Bancada vai cair, essa Bancada vai mal. Álvaro está perturbando essa Bancada. É preciso segurá-la! Vai cair, vai cair!

Não queria causar este constrangimento a V.Ex^a, mas a sessão vai cair!

Caiu!

Ah, presidente, V.Ex^a não toma conta das coisas!

O Sr. Waldenor Pereira:- A Comissão de Defesa do Consumidor também está incluída?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Tendo em vista que não há número legal na Comissão do Meio Ambiente, passamos ao projeto seguinte.

O Sr. Waldenor Pereira:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, solicito-lhe uma verificação de quórum para a continuação da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido. (Pausa)

A Secretaria da Mesa informa que existem apenas 20 Srs. Deputados.

Está encerrada a sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*